

CINCO VERBOS SOBRE A MOBILIDADE E A MATERIALIDADE DOS TEXTOS OU A “CONJUGAÇÃO VERBAL” DA TRADUÇÃO EM ROGER CHARTIER

Resenha do livro de CHARTIER, Roger. **Mobilidade e materialidade dos textos:** traduzir nos séculos XVI e XVII. Trad. Marlon Salomon e Raquel Campos. Chapecó, SC: Argos; Salvador, BA: EDUFBA, 2020.

Fernando Vojniak¹

Roger Chartier é um historiador bastante conhecido no Brasil e, precisamente por isso, dispensaria maiores apresentações. Entretanto, em respeito às quase quatro décadas de circulação de suas ideias por aqui, é justo dedicar algumas linhas sobre o autor e a circulação de seu pensamento no país, antes de tratar propriamente do livro que acaba e sair em português.

Nos anos 1980, segundo o importante estudo de Andréa Daher *La historia cultural como historia de las prácticas letradas en Brasil*, publicado em 2012, e que nos servirá como uma das referências para essa introdução de autor e obra, Roger Chartier era lido principalmente por historiadores da educação. Ainda que traduções de seus livros só aparecessem no final da década, o autor já era notado por pesquisadores dessa área. (DAHER, 2012: 201). Não à toa, pois além de seus trabalhos iniciais na década de 1970 terem sido sobre a história da educação na França moderna, ao longo da década seguinte, sua obra foi notadamente dedicada à história do livro, da leitura e da escrita, distribuindo seus estudos sobre períodos entre os séculos XIV e XIX. Por isso, não só historiadores da educação, como também pesquisadores da área de letras, da comunicação, da arquivologia e da biblioteconomia, entre outras, a partir das décadas de 1990 e 2000, com a intensificação de traduções da obra de Chartier, passaram a se interessar por ela, momento em que historiadores de diferentes áreas de especialidade também despertavam um interesse cada vez maior pelo historiador francês, professor no *Collège de France* na área de “Escrita e culturas na Europa Moderna”.

Mas os historiadores brasileiros, inicialmente, tomaram sua obra por caminhos diversos do tipo de abordagem cultural da história que Chartier realizava, isto é, desconsiderando a condição de que o autor já vinha sendo

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, no Curso de História – Campus Chapecó, e no PPGICH – Campus Erechim. Contato: fernando.vojniak@uffs.edu.br

reconhecido como um dos mais importantes historiadores da leitura. A “virada cultural” era amplamente debatida nas ciências humanas e os pesquisadores brasileiros interessaram-se fortemente pelas categorias de pensamento de Chartier que atendessem a um interesse bastante amplo e diverso na construção de uma história cultural no Brasil, tais como “representação”, “cultura”, “práticas”, “vida privada”, “mentalidades”, “sensibilidades”, “imaginário”.

A tradução portuguesa da editora Difel, publicada em 1988, de um conjunto de textos de Chartier reunidos no livro *História cultural: entre práticas e representações*, contribuiu significativamente para isso, pois desde a introdução “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”, vários outros capítulos do livro estão dedicados a questões que, poderíamos dizer, são mais teóricas. São textos que tratam de “reavaliações” da “história intelectual e das mentalidades”, de “relações entre filosofia e história”, entre “literatura e história”, ou entre “cultural política e cultura popular”, e, finalmente, tratam da sociologia de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias. É verdade que uma boa quantidade de textos incluídos no livro trata da história do livro, da leitura e da escrita, isto é, a parte da obra do autor que poderíamos chamar menos filosófica/teórica e mais historiadora. Também é verdade que a maioria dos livros traduzidos no Brasil, a partir dos anos 1990, tratava dos temas que o consagraram como um dos mais importantes estudiosos da cultura escrita, tais como o livro, a edição, as bibliotecas, as práticas de leitura e escrita. Entretanto, o interesse em desenvolver uma “história cultural” no Brasil, assim como se buscava mundialmente, parecia conduzir a uma apropriação do autor muito mais enquanto teórico da cultura – assim como tantos outros autores que, então, cumpriam esse papel, como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Peter Burke, amplamente traduzidos e discutidos no Brasil nesse período – do que uma obra dedicada fundamentalmente à história do livro, da leitura e da escrita, tal como se viu circular no país a partir das inúmeras traduções de seus livros que se seguiram no século XXI. Se, nos anos 1980, Chartier fora lido e utilizado pelos historiadores da educação e, nos anos 1990, pelos estudiosos das práticas letradas, como demonstrou Andréa Daher, a importância do Chartier historiador do livro, da leitura e da escrita, não parecia ser aquela apreendida pelos historiadores de diferentes especialidades na virada do século. A obra de Roger Chartier passou a ser amplamente utilizada e apropriada de diversos modos.

No final da década de 1990 e começos dos anos 2000, a circulação de seu pensamento entre os historiadores brasileiros foi um verdadeiro fenômeno e os conceitos de “prática” e “representação” não ficaram restritos a estudos relacionados às práticas letradas ou à cultura escrita, pelo contrário, pareciam encabeçar intenções mais programáticas em direção a um excessivo culturalismo, diferente da “abordagem cultural do social” pretendida por Roger Chartier. Esses historiadores, muitas vezes, opuseram as dimensões cultural e social, coisa que inexistente no trabalho de Chartier. (SALOMON, 2021: 87). Em sua obra, o historiador francês, efetivamente colocou em funcionamento a sociologia da

cultura bourdieusiana, a sociologia dos textos de Donald Francis McKenzie e os estudos sobre oralidade e cultura escrita de Walter Ong e Paul Zumtor.

Essas apropriações originais, diversas ou improváveis, podem ser constatadas examinando a presença do pensamento de Roger Chartier em três edições do Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (ANPUH). As edições XIX, XX e XXI, realizadas, respectivamente, em Belo Horizonte (1997), Florianópolis (1999) e Niterói (2001). As palavras “prática(s)” e “representação(ões)”, são bastante recorrentes em seus anais; separadas, contam-se às centenas. O mais curioso é que o próprio subtítulo da clássica edição portuguesa da coletânea – *entre práticas e representações* – foi incluído, até mesmo, em títulos e subtítulos, não apenas de trabalhos ali apresentados, como também nominando as próprias Comunicações Coordenadas (CC), mini-simpósios dentro do *Simpósio*, que agrupam pesquisas segundo temas de interesse, atualmente denominados “simpósios temáticos”. Uma apropriação tão ampla e marcante, ao utilizar inclusive o “slogan” *entre práticas e representações* como uma referência tão central, foi um fenômeno sem precedentes e também não se viu algo parecido em eventos posteriores, isto é, situações nas quais o próprio título de um livro é incorporado de maneira tão emblemática como essa; ademais, comparando com outros simpósios anteriores e posteriores, os conceitos de “prática” e “representação”, na virada para o século XXI, são empregados pelos historiadores com uma frequência enorme em seu arcabouço conceitual.²

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), durante o XXI Simpósio Nacional de História, realizado em 2001, nas livrarias provisoriamente instaladas entre os blocos das áreas de ciências humanas do *Campus* de Gragoatá, em Niterói, a edição portuguesa de *História cultural: entre práticas e representações*, assim como a segunda edição (1999) do primeiro livro autoral de Chartier, traduzido no Brasil, em 1994, intitulado *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, e a bela edição colorida, amplamente ilustrada em papel especial de *A aventura do livro: do leitor ao navegador* (1998), eram destaque; entre nós, na época, estudantes, não foram poucos os que

2 Além do fato das palavras “prática” e “representação”, seja no singular ou no plural, aparecerem centenas de vezes nos Anais das edições XIX, XX e XXI do Simpósio Nacional de História (SNH), encontram-se alguns trabalhos assim intitulados: (CC58) “Entre práticas e representações: a mimeses transformadora, cosmopolitismo e identidade nacional”, (CC105) “A cidadania no Mundo Clássico: Entre Práticas e Representações” (XIX SNH); CC5 “Perfil feminino: entre práticas e representações”; “Mulheres e pátrio poder: entre práticas e representações”, “Educação religiosa feminina: entre práticas e representações” (SNH XX); no XXI Simpósio Nacional, as palavras prática e representação, no singular e no plural, aparecem incrivelmente mais de 300 vezes cada. Cf.: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. XIX Simpósio Nacional de História. História e Cidadania. Belo Horizonte, 20 a 25 de julho de 1997. **Programa e Resumos.** Belo Horizonte: Associação Nacional de História, 1997; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. XX Simpósio Nacional de História. História: Fronteiras. **Programas e resumos,** Florianópolis, 25 a 30 de julho de 1999. Florianópolis: ANPUH, 1999. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. XXI Simpósio Nacional de História. A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo, 22 a 27 de julho de 2001. **Livro de resumos.** Niterói: ANPUH, 2001.

sacrificaram alguma economia da viagem para adquirir um daqueles exemplares de um autor que parecia praticamente celebrado naquele evento.

De lá para cá, Roger Chartier, para os pesquisadores brasileiros, tem sido tanto uma fonte de inspiração para uma abordagem cultural do social nas ciências humanas, quanto um teórico da história cultural – em que pese um uso indiscriminado do conceito de representação, que possa, inclusive, ter gerado controvérsias. Não é nosso intuito realizar aqui um balanço da história da história cultural, mas consideramos que seja possível indicar, nos dias de hoje, que o autor se tornou importante referência para os estudos da história da cultura escrita, isto é, os estudos especializados sobre a história do livro, da escrita e da leitura. Dois acontecimentos recentes podem ser recorridos aqui como exemplo disso: primeiramente, Chartier foi o convidado para a Conferência de Abertura do XXX Simpósio Nacional de História, realizado em Recife, em 2019. Sua conferência foi intitulada *Usos do passado e conhecimento histórico*.³ Em segundo lugar, a convite do Grupo de Estudos de História da Cultura Midiática (Midiacult/UNESP), em março de 2021, Chartier proferiu uma palestra transmitida no canal do Grupo de Estudos no *Youtube*, com o título: *Representações das práticas e práticas das representações*. (CHARTIER, 2021). A primeira palestra parecia atender aos anseios de reflexão sobre a escrita da história, sobre o ofício do historiador, que é sempre uma voga nos eventos da ANPUH, correspondendo às necessárias reflexões teóricas e metodológicas da disciplina. A segunda, apesar do título recuperar os conceitos que foram quase uma obsessão dos historiadores há vinte anos atrás, atendendo à questão proposta pelo Grupo de Estudos Midiacult, de como conceitos como práticas e representações poderiam operacionalizar os estudos dos impressos periódicos, Chartier apresenta tanto as dimensões metodológicas e teóricas da representação, quanto os elementos formais e não formais da transmissão dos textos, da produção de sentido pelos textos e pelos leitores, de acordo com seu projeto de uma história cultural do social, revisitando seus estudos sobre cultura escrita, oralidade e leitura.

Segundo o historiador francês, o título da palestra teve como objetivo apresentar duas dimensões da representação: a dimensão transitiva (toda representação representa algo – é metodológica, é a prática da representação em suas formas, intenções, estética e códigos) e a dimensão reflexiva (toda representação se apresenta representando algo – sua dimensão teórica, “as múltiplas representações das práticas, condutas, comportamentos, gestos, ações e discursos, as imagens que representam essas [...] práticas para proibir, proscrever, descrever, toda uma multiplicidade de possibilidades.”) Recorrendo a Pierre Bourdieu, Chartier também lembra da lógica do sentido prático que está em ação na prática e, por outro lado, a lógica da produção, da recepção dos textos ou das imagens” (CHARTIER, 2021).

3 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. Conferências. 30º. **Simpósio Nacional de História**. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/>. Acesso em: 12/07/2021.

Para Chartier, o apagamento da dimensão reflexiva leva à crença da representação como representando uma “realidade”, uma “verdade”. Entretanto, a recuperação dessa dimensão reflexiva torna o conceito extremamente importante porque é um conceito analítico das ciências sociais, uma categoria histórica e por sua dimensão política. Justamente por ser uma “ferramenta poderosa contra as falsificações históricas”, o conceito de representação – como representação das práticas e práticas da representação – podem “desvelar, decifrar o funcionamento dessas falsificações”, é um “conceito a serviço da verdade”. Chartier, portanto, rebate, assim as críticas de que o conceito estaria afastado da “realidade” pela sua postura crítica da verdade ao analisar o texto pelas suas diferentes significações dadas pela produção, pela apropriação e pelos leitores conforme a materialidade de suas formas de transmissão. (CHARTIER, 2021; SALOMON e CAMPOS, 2017). O argumento de Chartier não é, pois, um argumento relativista ou solipsista.

Mais uma vez o Chartier historiador da cultura escrita, da história dos livros e da leitura, o Chartier historiador da era moderna, aparece na recente publicação de *Mobilidade e materialidade dos textos: traduzir nos séculos XVI e XVII*, traduzido por Marlon Salomon e Raquel Campos, publicado, em parceria, pelas Editoras Argos e Editora da Universidade Federal da Bahia, em 2020. Mas o que esse livro nos mostra, talvez seja justamente o fato de que as dimensões teórica e historiadora não estejam separadas em sua obra, não obstante os arranjos editoriais que foram feitos na tradução de seus textos em língua portuguesa, desde o final da década de 1980, quando se reuniram textos do autor conforme determinado interesse (temático ou teórico) a ser atendido.

No livro em apresentação, as dimensões históricas, políticas e sociais da história dos textos e de suas práticas e representações são analisadas a partir de um estudo da mobilidade e da materialidade de importantes textos que circularam principalmente nos séculos XVI e XVII, de diferentes maneiras, em diferentes traduções, edições e suportes. Destaca-se a noção de materialidade no estudo daquilo e daqueles que representam algo, colocando em prática importantes referências para o autor: a ideia de que “as formas afetam os sentidos” de D. F. McKenzie (2018: 32) e os modos do *mise en page* difundidos por Henri-Jean Martin. Os cinco capítulos são conceitos ou, na proposta da presente resenha, verbos que marcaram, em grande medida, o pensamento de Chartier. São eles: Publicar, Representar, Traduzir, Adaptar e Reescrever.

No primeiro capítulo, o verbo “Publicar” é “conjugado” no tempo das diversas publicações da *Brevisima relación de la destrucción de las Indias* do dominicano Bartolomeu de las Casas. O estudo das diferentes formas pelas quais passou o manuscrito de Las Casas em suas publicações na história de suas traduções e edições, levou Chartier a identificar sete “vidas” da obra entre meados do século XVI e começos do século XIX. Com base na coleção reunida na Filadélfia por Robert Dechert, atualmente pertencente à Biblioteca da Universidade da Pensilvânia, o autor demonstra que as diferenças nas

traduções e edições modificaram profundamente o sentido do texto. É possível identificar que um sentido profético e apocalíptico inicial dos tratados de Las Casas, conforme os modos em que foram traduzidos e editados, adquiriram diversos outros sentidos, conforme os interesses daqueles que participaram de sua publicação, podendo-se identificar sentidos políticos, religiosos ou bíblicos e sentimentos antiespanhóis. O autor identificou inclusive uma mudança de seu estatuto em algumas edições que procuraram transformar o tratado em “relato de viagem”. As metamorfoses da *Brevisima relación* chegaram mesmo a produzir, no começo do século XIX, um sentido ligado à liberdade e à independência, ao ser colocada a serviço da liberdade americana com as diversas edições traduzidas em espanhol e publicadas na Filadélfia, no México e na Colômbia, nas décadas de 1810 e 1820.

O verbo “Representar”, título do segundo capítulo, é “conjugado” no tempo das publicações das peças teatrais, um tema já visitado pelo autor. Se nesses estudos anteriores (CHARTIER, 2002), Chartier pesquisou o teatro de Molière e de Shakespeare, aqui é analisada uma *comédia* de Lope de Vega, *Fuente Ovejuna*, uma peça que

‘dramatizou’ efetivamente um episódio do passado: a revolta, em 1476, dos habitantes da *villa* de Fuente Ovejuna, na Andaluzia, contra seu senhor, o Grande Comendador da Ordem militar de Calatrava, Fernán Gómez de Guzmán, tal como ela foi narrada pelo cronista Francisco de Rades y Andrada, em sua *Chronica de las três Ordenes y Cavallerias de Santiago, Calatrava y Alcantara*, publicada em 1572 (63).

Um autor que, como muitos outros de sua época, vendia seus manuscritos às companhias teatrais, se viu no meio de muitas transformações que ocorreriam naquele momento – finais do século XVI e começos do século XVII – momento em que a problema dos direitos autorais está em discussão devido ao crescimento da prática da reprodução de textos por meio da impressão, permitida pela invenção de Gutemberg, e, cada vez mais, difundida na Europa. Seguindo as edições da *comedia* de Vega, o autor analisa as condições para se escrever ou publicar uma *comédia*. “Escritas para serem encenadas, as *comedias* de Lope de Vega foram, no entanto, impressas” (80), e por diversas razões, entre elas, o roubo de textos e a usurpação do nome dos autores em proveito de edições clandestinas e o aparecimento de edições malfeitas e repletas de equívocos cometidos por editores inábeis. Por isso, os autores dividiam-se entre os benefícios e os defeitos, os méritos e os perigos da circulação impressa do texto. Reproduções desautorizadas de textos “publicados a partir de cópias incorretas dos originais cedidos às companhias de teatro ou a partir de reconstruções memoriais feitas pelos *memoriones*, que se propunham a transcrever e vender as

comedias que haviam memorizado” (86), levavam os autores a encontrar meios de controlar seus escritos, inclusive providenciando a publicação de suas peças. Muitas vezes, nessas edições clandestinas, desautorizadas, tomadas de ouvido e posteriormente impressas, incluía-se textos de outros autores ou apócrifos em miscelâneas que eram equivocadamente atribuídos a autores que, como Vega, desejavam preservar sua reputação ou a usurpação de seu nome. Todo esse emaranhado, que envolve a escrita e a publicação impressa dessas composições para o teatro no século XVII, mostra as diferenças na circulação de um texto em suporte impresso ou destinado ao palco, de modo que Chartier identifica, ao fim, uma “tensão fundamental que habita a peça” entre uma “ideologia monárquica e aristocrática” e “uma intriga que traz ao palco a dignidade dos camponeses, a solidariedade da vida e a defesa da honra”. Escreve Chartier: “talvez resida nessa tensão fundamental a razão das interpretações e encenações contraditórias da *comédia*, tida por heroica ou carnavalesca, subversiva ou reacionária, e sua força perpétua”. (106-107)

O verbo “Traduzir” é matéria do terceiro capítulo. Nele Chartier faz um trabalho de comparação de diversas traduções do *Oráculo Manual y Arte de Prudencia*, do jesuíta espanhol Baltasar Gracián, publicado na Espanha em meados do século XVII, livro cuja tradução francesa de Amelot de La Houssaie, publicada em 1684, foi citada por Norbert Elias como sendo “em certo sentido o primeiro manual sobre psicologia de corte, da mesma maneira que o livro de Maquiavel sobre o príncipe foi o primeiro manual clássico sobre a política da corte absolutista” (111-112).

Além de um livro que, originalmente, ocultou a autoria para driblar a censura da Companhia de Jesus, o seu título foi traduzido de formas diferentes nas inúmeras edições europeias. Não obstante a contribuição dessas diferentes edições para a grande circulação do texto em fins do século XVII e começos do século XVIII, ao incluir-se e depois excluir-se o conceito de *Homme de Cour* [Cortesão] no título, tal como o intitulou Amelot de La Houssaie em sua tradução – simplesmente *L'Homme de Cour* [O Cortesão], juntamente com muitas outras palavras do texto que foram traduzidas conforme o público de destino, essas traduções fizeram com que houvesse, primeiramente, uma “curialização” do texto, uma adequação ao público pretendido pelos tradutores, que restringia esse público não apenas pela centralidade curial, quanto pelas edições luxuosas acompanhadas de enumeração e índices dos aforismas do jesuíta espanhol e, depois, uma “descurialização” do *Oráculo manual*, principalmente a partir da tradução para o francês realizada pelo jesuíta François de Courbeville, publicada em 1730, que “apaga qualquer referência ao cortesão” e o transforma em “livro útil em geral a todos aqueles que têm inteligência o bastante para aproveitar-se dele, quaisquer que sejam suas condições” (151-152).

O verbo conjugado no quarto capítulo é “Adaptar”. Se os tradutores foram responsáveis pela “migração dos textos de uma língua a outra” na primeira modernidade, pela mão dos editores, “por outro lado, eles adquiriam novas

significações, que os inscreviam em expectativas bem diferentes das de seus autores ou de seus primeiros leitores. Assim, podiam mudar de gênero e, por exemplo, passarem de romance a peça de teatro” (159). Nesse capítulo, Chartier estuda as adaptações de Dom Quixote para o teatro, especialmente a realizada por Antônio José da Silva, nascido no Rio de Janeiro em 1705. Esse capítulo é especialmente importante pela sensibilidade com que Roger Chartier estuda as adaptações para o teatro de marionetes do Teatro do Bairro Alto de Lisboa, realizadas por um membro de uma “família de judeus ‘convertidos’ condenado à fogueira pelo tribunal lisboeta da Inquisição em 1739” (159).

Por fim, o quinto verbo, “Reescrever”, é apresentado em um epílogo. Nele o autor analisa o conto *Pierre Menard, autor do Quixote*, do poeta argentino Jorge Luis Borges, publicado em 1939, no número 56 da revista *Sur*. Chartier distingue seis sentidos para o conto de Borges: biográfico, autobiográfico, alegórico, experimental, estético e bibliográfico.

Portanto, *Mobilidade e materialidade dos textos: traduzir nos séculos XVI e XVII*, de Roger Chartier, é um livro que faz uma reflexão teórica e metodológica sobre a escrita da história escrevendo histórias, por isso, fartamente referenciado e com vasta pesquisa em arquivos e bibliotecas. Em suas análises, observamos que um texto é algo “vivo”, algo “móvel”, que se transforma e que transforma o mundo ao seu redor em suas diferentes formas de apresentação. Um texto migra, se move, circula a partir das diferentes maneiras de sua transmissão, garantida pelos diferentes usos e práticas empregadas em sua publicação, representação, tradução, adaptação e reescrita, ontem e hoje, no códice impresso ou na tela, nos textos digitais ou hipertextos. Essa mobilidade dos textos apresentada por Chartier recupera aquilo que, em grande medida, caracterizou a sua obra: a busca pela materialidade dos textos. A análise das formas dos objetos ou artefatos culturais e a análise das condições de sua produção, circulação e leitura – tripé da história cultural das práticas letradas – contribuem para a compreensão de que os sentidos estão muito além das análises puramente internas, semióticas e linguísticas dos textos, abordagens reinantes nas práticas estruturalistas das ciências humanas, contra as quais o autor direcionou, por diversas vezes, suas críticas, de modo a estabelecer caminhos para a construção de uma história cultural, de uma abordagem cultural do social.

Em suas reflexões, com frequência, o autor considera o estudo do passado dos textos como caminho para a compreensão das condições do suporte ou da ausência dele nos novos meios digitais que implicam transformações na cultura impressa e nas práticas de leitura no presente. A “conjugação verbal” de Roger Chartier nos mostra que os significados das práticas de escrita e de leitura se modificam de acordo com as condições da materialidade e das implicações de ordem social, cultural e política que estão em jogo na abordagem histórica das comunidades escritoras, produtoras de textos, no passado e no presente.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. XIX Simpósio Nacional de História. História e Cidadania. Belo Horizonte, 20 a 25 de julho de 1997. *Programa e Resumos*. Belo Horizonte: Associação Nacional de História, 1997.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. XX Simpósio Nacional de História. História: Fronteiras. *Programas e resumos*, Florianópolis, 25 a 30 de julho de 1999. Florianópolis: ANPUH, 1999.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. XXI Simpósio Nacional de História. A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo, 22 a 27 de julho de 2001. *Livro de resumos*. Niterói: ANPUH, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna. Séculos XVI-XVIII*. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.
- CHARTIER, Roger. *Representações das práticas e práticas das representações*. Palestra Virtual. Moderação: Profa. Dra. Valéria dos Santos Guimarães (Dep. História, UNESP/Franca). Publicado pelo canal Midiacult, história e cultura midiática. Youtube. 22 mar. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y3B_DgEOK1g&t=139s. Acesso em 27/08/2021.
- DAHER, Andrea. La historia cultural como historia de las prácticas letradas en Brasil. POIRRIER, Philippe (org.). *La historia cultural: un giro historiográfico mundial?* Trad. Julia Climent y Mónica Granell. Valencia: Universidad de Valencia, 2012. pp. 150-160.
- SALOMON, Marlon. *O inconsciente historiográfico*. Memorial Acadêmico de Promoção a Professor Titular. Universidade Federal de Goiás, 2021.
- McKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Trad. Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.